

# TRAJETÓRIA E NOVOS RUMOS DAS POLÍTICAS EDITORIAIS DO BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

**Resumo:** Dada a sua importância e necessidade de atualização para atender demandas correntes a periódicos científicos, o artigo sugere revisão da política editorial do *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (BMPEG. Ciências Humanas)*. A abordagem do estudo é quali-quantitativa e utiliza a pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. No total foram analisados 12 documentos indicativos de condutas editoriais relativos ao período 1985 a 2003, e que estão sob a guarda do Arquivo Guilherme de La Penha, do Museu Paraense Emílio Goeldi. O foco e o escopo das políticas editoriais (1988 e 1997) estão entre os itens de maior relevância e, juntamente com o sistema de avaliação por pares, permaneceram inalterados. A principal diferença entre as duas políticas é de que a política de 1988 descreve critérios editoriais apenas para o periódico, enquanto que a de 1997 é abrangente e alcança todas as publicações editadas pelo MPEG. Observou-se ainda na trajetória do periódico alterações em seu título e a atribuição de ISSN distintos. Apesar da política editorial estar consolidada, a adoção de uma norma de caráter internacional e a exemplificação de submissões interdisciplinares, bem como da política anti-plágio, são elementos fundamentais para o aperfeiçoamento da revista e para o aumento de sua visibilidade no cenário científico.

**Palavras-chave:** Periódico científico. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Política editorial.

## RECENT HISTORY AND NEW EDITORIAL DEVELOPMENTS FOR THE BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

**Abstract:** Considering the need for scientific journals to remain up to date in the face of current demands, this article suggests a revision of the editorial policy for *BMPEG. Ciências Humanas*. A qualitative and quantitative study of the norms governing this publication was conducted, analyzing data collected from literature, documents, and interviews. A total of twelve official editorial documents spanning the period 1985–2003 were found in the Guilherme de La Penha Archive at the Museu Paraense Emílio Goeldi and included in the analysis. The most relevant items include the focus and scope of editorial policies (1988 and 1997), which, alongside peer review system, remain unchanged. The main difference between these policies is that the 1988 policy describes editorial criteria only for the periodical in question, while the 1997 document has a broader reach and includes all publications edited by the Museum. Furthermore, during this period we noted that the title was changed and different ISSN numbers were attributed. Despite its established editorial policy, the adoption of international norms and addition of examples of themes and topics, as well as the use of tools to combat plagiarism, are essential for improving this journal and boosting its visibility within the panorama of scientific publications.

**Keywords:** Scientific journal. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Editorial policy.

**Jimena Felipe Beltrão**  
PhD em Ciências Sociais pela University of  
Leicester, Inglaterra  
Analista em Ciência e Tecnologia do Museu  
Paraense Emílio Goeldi (MPEG),  
Pará, Brasil  
[jimenafelipebeltrao@gmail.com](mailto:jimenafelipebeltrao@gmail.com)

**Taíse Cruz Silva**  
Graduação em Biblioteconomia pela  
Universidade Federal do Pará (UFPA),  
Pará, Brasil  
[silva\\_taise@ymail.com](mailto:silva_taise@ymail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Os periódicos, livros e trabalhos de congressos, entre outras publicações acadêmicas, são os canais tradicionais de comunicação científica. Dentre eles, o periódico científico indexado costuma ser o veículo mais prestigiado (MUELLER, 2006). Para Meadows (1999), os periódicos científicos são canais formais da ciência. Tenopir e King (2001, p. 8), por sua vez, indicam que os artigos publicados se prestam “[...] a muitas finalidades (pesquisa, ensino, serviço de alerta, leitura básica etc.)”. Segundo esses autores, “[...] os cientistas relatam que os artigos de periódicos são de grande importância para seu trabalho, mais do que qualquer outro recurso informacional.”

Nesse estudo, o objeto da análise é o *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (BMPEG. Ciências Humanas)*, que começou a ser editado pelo zoólogo Emílio Goeldi em 1894 e publicado a partir de 1896, e que ainda é corrente e tem ampla circulação. O periódico atualmente recebe trabalhos científicos nas áreas de Antropologia, Linguística, Arqueologia e disciplinas correlatas. Com periodicidade quadrimestral, a revista contribui na disseminação e divulgação do conhecimento científico em Ciências Sociais e Humanas no Brasil e no mundo. O periódico foi objeto de estudo de autores como Benchimol (2015), Benchimol, Arruda e Silva (2016), Benchimol e Pinheiro (2014), Paiva, Ramalho e Carvalho (2015) e Silva e Sousa (2007).

Esta pesquisa se concentra na análise de políticas editoriais do período de 1985 a 2006<sup>1</sup>. A Política Editorial de 2006 está vigente em sua maior parte. Foram feitos aditivos particularmente à categoria Teses e Dissertações, que precisou ser detalhada tendo em vista que não se publica conteúdo já disponível. Esses documentos se encontram sob a guarda do Arquivo Guilherme de La Penha do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e dão suporte a análise das condutas editoriais recomendadas para cada momento e épocas vividas pelo periódico.

As políticas editoriais dos periódicos científicos são relevantes, pois orientam e informam os autores sobre o foco, escopo, corpo editorial, diretrizes para autores entre outras informações sobre o periódico. Conforme entendimento de Rodrigues (1987, p. 90) as políticas editoriais são um “[...] conjunto de princípios e normas estabelecidas para orientar os procedimentos das instituições que trabalham com a editoração.” Gruszynski, Golin e Castedo

---

<sup>1</sup> Ver seção “Instruções”. Disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas/#>. Acesso em: 23 maio 2018.

(2008) ratificam esta percepção, ao afirmarem que elas fazem parte do planejamento editorial das revistas, o que permite contribuir com a qualidade editorial. Para Pinheiro, Bräscher e Burnier (2005, p. 23) elas são “[...] basicamente determinada[s] pela instituição editora, pelo editor científico e o comitê editorial e, entre diferentes aspectos, devem ser levados em conta os avanços da área e questões emergentes.”

A pesquisa utilizou a abordagem quali-quantitativa, além de três técnicas de coleta de dados, sejam elas, a bibliográfica, a documental e a entrevista, tendo como objeto de estudo o *BMPEG. Ciências Humanas*. O levantamento, realizado ao longo de 2017, identificou documentos junto ao Arquivo Guilherme de La Penha do Museu Paraense Emílio Goeldi. O material inclui documentação de circulação interna e originada em condutas editoriais passadas e do qual constam atas, memorandos, ordens internas e políticas editoriais anteriores à que ora encontra-se em vigor. As entrevistadas foram a atual editora científica, a jornalista Jimena Felipe Beltrão do *BMPEG. Ciências Humanas*, e a editora associada, a antropóloga Claudia Leonor López Garcés. O artigo tem como objetivo sugerir possíveis alterações de revisão à política editorial vigente do *BMPEG. Ciências Humanas*. Adicionalmente, conta-se com o depoimento do ex-editor científico, o linguista Hein van der Voort.

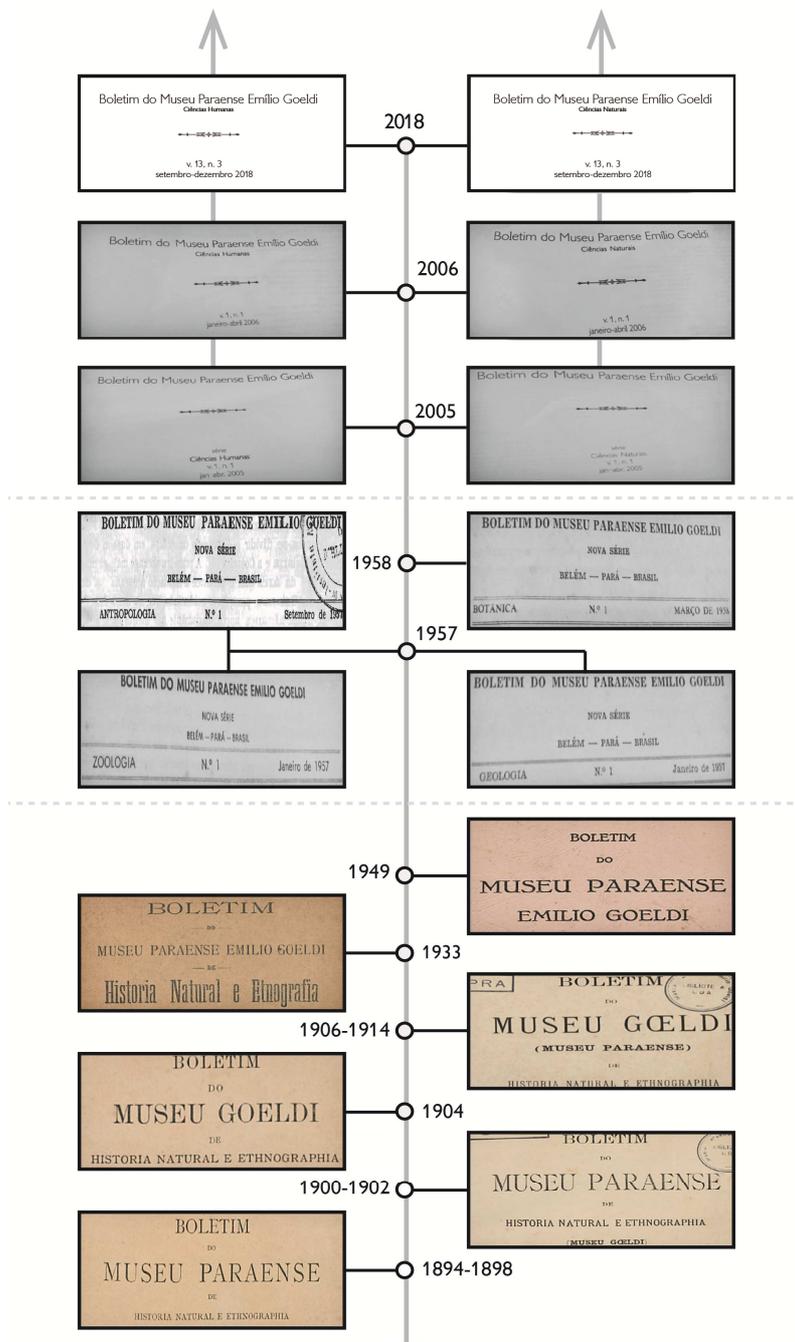
## **2 HISTÓRICO DO *BMPEG. CIÊNCIAS HUMANAS***

O histórico do periódico se debruça sobre quatro itens que apareceram com maior frequência nos documentos analisados, quais sejam: título, ISSN, tiragem e a avaliação pelos pares, e que autores como Benchimol (2015), Benchimol, Arruda e Silva (2016), Benchimol e Pinheiro (2014) e Silva e Sousa (2007), já investigaram.

Com relação ao título das publicações, a *NBR 6022: Informação e documentação - Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica* define o título de um periódico científico como: “palavra, expressão ou frase que designa o assunto ou o conteúdo de uma publicação.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018a, p. 3). Como forma de demonstrar as alterações feitas ao título da revista, desde 1894 até a última alteração em 2006, construiu-se uma composição com imagens da folha de rosto de cada fascículo do *BMPEG. Ciências Humanas* que mostram em detalhes as mudanças processadas no nome, no

ano e na divisão da revista, conforme as áreas de atuação aceitas e publicadas pelo periódico. Note-se que a partir de 2006, com a revisão da política, ocorreu a divisão do título em duas versões – Ciências Humanas e Ciências Naturais (Figura 1).

**Figura 1** - Composição de detalhes das alterações feitas ao título da revista



**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2018). *Design gráfico:* Talita do Vale (2018).

No caso do *International Standard Serial Number* (ISSN), observou-se que, no período de 1894 até 1956, o periódico era disponibilizado e sem ISSN. A partir de 1957, a revista foi dividida em quatro séries: Antropologia, Zoologia, Botânica e Geologia, e continuada até 1984, ano em que houve uma redefinição de séries permanecendo apenas três delas Antropologia, Zoologia e Botânica, com a série Geologia passando à denominação de “série Ciências da Terra”, em 1989. Ao dividir a publicação em quatro séries, observa-se a adesão do periódico ao ISSN.<sup>2</sup> (BENCHIMOL, 2015; BENCHIMOL; ARRUDA; SILVA, 2016).

Os fascículos possuíam ISSN distintos<sup>3</sup> e que permaneceriam até 2002. Em 2005, o periódico foi dividido em duas versões: *BMPEG. Série Ciências Humanas* (ISSN 1807-5398 impresso) e *BMPEG. Série Ciências Naturais* (ISSN 1807-5401) (BENCHIMOL, 2015).

Em 2006, a revista passou a ser denominada *BMPEG. Ciências Humanas* (ISSN 1981-8122 impresso)<sup>4</sup> e *BMPEG. Ciências Naturais* (ISSN 1981-8114 impresso), título que vigora até hoje (BENCHIMOL; ARRUDA; SILVA, 2016). A medida que os títulos são alterados, os identificadores encontrados no *BMPEG. Ciências Humanas* também são diferentes. De acordo com as normas estabelecidas pelo IBICT, o ISSN é “[...] intransferível, ou seja, ele nunca pode ser utilizado por outro título, sendo exclusivo do título ao qual foi atribuído.” (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2018).

No aspecto da tiragem, desde os primórdios o *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnografia* já publicava uma tiragem de 1000 exemplares, como afirma Emílio Goeldi em relatório de 1894, “[...] a edição de 1000 exemplares foi-se num instante; fez se uma distribuição liberalíssima e profusa, sobretudo aqui no Estado [...]” (BOLETIM DO MUSEU PARAENSE DE HISTORIA NATURAL E ETHNOGRAFIA, 1894, p. 232). Em outro relatório, de 1897, Goeldi relata a alta demanda do periódico, o que resultou na edição de 1500 exemplares (BOLETIM DO MUSEU PARAENSE DE HISTORIA NATURAL E ETNOGRAPHIA. MUSEU GOELDI, 1902). Em fase mais recente, em documento intitulado *Boletim 2000: proposta para a reformulação gráfica e editorial do*

---

<sup>2</sup> O ISSN é definido pela NBR 10525 como um “Identificador aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada, tornando-o único e definitivo.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005, p. 1).

<sup>3</sup> A série Antropologia (ISSN 0522-7291) 1981; Botânica (ISSN 0077-2216) 1984; Geologia (ISSN 0077-2224) 1988 para a série Zoologia as mudanças foram 1982 (ISSN 0077-2216); 1983 (ISSN 0077-2232); 1985 (ISSN 0077-2332); 1987 (ISSN 0077-2232).

<sup>4</sup> Em 2016 *BMPEG. Ciências Humanas* passou a utilizar o indicador para título eletrônico (ISSN 2178-2547 online).

*Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, de 1999, definiu um aumento na tiragem de 1000 exemplares para 2000 exemplares, em virtude do aumento de permutas realizadas na instituição na ocasião.

Entre 2006 e 2015, a revista disponibilizava conteúdos em dois formatos: o impresso, com uma tiragem de 1000 exemplares; e a versão eletrônica<sup>5</sup>. A partir de 2016, a revista passou a formato exclusivamente eletrônico, disponível tanto na página do *BMPEG. Ciências Humanas*, como no ISSUU<sup>6</sup>: “A decisão por um formato eminentemente eletrônico foi tomada em razão da falta de recursos financeiros para custear a impressão. Essa nova fase atende, porém, a outras necessidades como a de redução do uso de papel, da economia de fundos de despacho dos volumes.”<sup>7</sup>

Além de sua indexação na SciELO (2010), também é recente (SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE, 2017) que o periódico foi indexado na Redalyc e passou a ser disponibilizado no Portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). O aumento da visibilidade da revista é fato que amplia as possibilidades de acesso à produção de autores, ampara práticas de ciência aberta, garantida como princípio a qualidade de conteúdo. Como informa Gulka (2016, p. 177):

Institucionalmente os portais de periódicos preocupam-se com a qualidade dos periódicos científicos, buscando desenvolver diretrizes e políticas editoriais que auxiliem na melhoria das publicações, objetivando a visibilidade científica no que tange a indexadores e indicadores.

No que tange a avaliação pelos pares, observou-se que nas políticas editoriais investigadas, há garantia de anonimato, tipo de avaliação conhecido como duplo cego (*double-blinded peer review*). Este tipo de avaliação é considerado pelas suas características de proteção às identidades de autores e avaliadores, o que pode representar maior potencial de isenção. Como afirmam Trzesniak e Koller (2009, p. 28), os também chamados *referees* “[...] farão uma análise, e emitirão uma apreciação geral em forma de texto e farão uma recomendação à revista, que em geral será de publicar com as alterações sugeridas, ou reformular e apresentar para nova avaliação, ou não publicar [...]”.

---

<sup>5</sup> Ver o *site*. Disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas/#>. Acesso em: 25 mar. 2018.

<sup>6</sup> *Digital Publishing Platform* (ISSUU). Disponível em: [https://issuu.com/bgoeldi\\_ch](https://issuu.com/bgoeldi_ch). Acesso em: 16 abr. 2018.

<sup>7</sup> BELTRÃO, Jimena Felipe. Entrevista concedida a Taíse Silva. Belém, 22 maio 2018.

Um dos mais importantes aspectos do processo editorial é a avaliação por pares. De acordo com Hein van der Voort, linguista e editor científico do *BMPEG. Ciências Humanas* entre 2015 e 2016:

A menos que o avaliador seja obviamente incompetente ou desonesto, o que é improvável (dado o cuidado na seleção dos avaliadores), não há razão para que os autores se ofendam com comentários de avaliadores ou mesmo que discutam com os emitentes de parecer (através de correspondência enviada após os ajustes). [E esclarece]: O avaliador não necessariamente é o especialista maior sobre o assunto (esse é, provavelmente, o lugar ocupado pelo autor), mas é conhecedor do tema. Certos comentários (de avaliadores) não teriam sido feitos se o autor tivesse, de início, apresentado seu argumento de maneira clara e precisa. Uma das principais funções do avaliador é, sem dúvida, ajudar que o artigo, em sua forma final, seja plenamente compreendido pelo leitor.<sup>8</sup>

A avaliação é fundamento para a garantia da excelência de um periódico. Em concordância com esse princípio, atuam especialistas nas áreas-foco do *BMPEG. Ciências Humanas* no qual “[...] exigências relativas à política editorial e procedimentos de arbitragem podem ser definidos como condições *sine qua non* para a revista atingir determinados patamares de qualidade e de âmbito.” (YAMAMOTO *et al.*, 2002, p. 170).

O tema da revisão por pares aberta é alvo de discussões na atualidade. Autores da Ciência da Informação como Spinak (2018) afirmam que a ciência aberta apresenta três eixos estratégicos: *Open Access, Open Data, and Open Peer Review*. Para a avaliação especificamente, o autor define a revisão por pares aberta como:

[...] um termo geral para várias opções superpostas de modelos de revisão ou arbitragem de acordo com o espírito da Open Science, incluída a abertura das identidades dos autores e pareceristas, a publicação dos informes dos pareceristas, e uma maior participação do público no processo de revisão [...] (SPINAK, 2018).

Apesar de existirem críticas a respeito do processo editorial chamado (*referee system peer review*), Stumpf (2006) afirma que ainda não sugeriram a extinção do sistema de avaliação pelos pares na validação do conhecimento científico produzido. No *BMPEG. Ciências Humanas* o critério de avaliação dos manuscritos permaneceu intocado e persiste até

---

<sup>8</sup> Ideias tomadas em parecer de autoria do editor associado Hein van der Voort datado de abril de 2018. H. Voort foi editor científico da revista entre 2015 e 2016.

hoje. O que prevalece é a revisão por dois especialistas reconhecidos em suas áreas de atuação, no conhecido padrão de *double-blinded peer review*.

### 3 METODOLOGIA

Em pesquisa desenvolvida desde 2016, vimos realizando levantamento de políticas editoriais de periódicos da área das Ciências Humanas e disponíveis no Portal de Periódicos da Capes; SciELO; Redalyc, Portal da ANPOCS. Foi a partir desse estudo anterior, que a investigação se desdobrou para o levantamento da documentação junto ao Arquivo Guilherme de La Penha. A busca resultou na identificação de 12 documentos de circulação interna e oriundos de condutas editoriais anteriores para o período compreendido entre 1985 e 2003. Entre os documentos identificados estão: normas para publicação, instruções para autores, políticas editoriais, relatórios, memorandos, atas, proposta de reformulação do *design* gráfico entre outros. O levantamento foi feito tanto no arquivo físico bem como no repositório institucional do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), o que permitiu a dupla verificação de todos os registros disponíveis e pertinentes à pesquisa.

Em consonância com as informações encontradas no Arquivo e com os objetivos desta pesquisa, procedeu-se levantamento bibliográfico para obtenção da bibliografia recente mais relevante ao tema das políticas editoriais com ênfase no Portal de Periódicos da Capes, na biblioteca digital SciELO, entre outras fontes.

Como recurso para qualificar a informação necessária à argumentação tanto no que tange à análise dos documentos identificados no Arquivo, recorreu-se à técnica da entrevista junto a atores que se dedicam ao fazer editorial do *BMPEG. Ciências Humanas* na atualidade. Entre os entrevistados, dialogou-se com editores de atuação mais recente e com perspectivas de ajustes ao processamento editorial, posto que a simplificação das normas e a internacionalização da revista são propósitos correntes e se constituem em metas a serem implementadas a partir de 2020. Foram conduzidas entrevistas com a atual editora científica (e co-autora neste artigo), a jornalista Jimena Felipe Beltrão do *BMPEG. Ciências Humanas*; e a editora associada, a antropóloga Claudia Leonor López Garcés. Ainda como parte da argumentação necessária à análise, utilizou-se despacho recente de autoria do editor-

associado, Hein van der Voort, linguista e editor científico do *BMPEG. Ciências Humanas* entre 2015 e 2016.

O roteiro de entrevista constou de perguntas voltadas para a política editorial como um todo e foco no escopo da revista; no estilo normativo; e na verificação anti-plágio.

#### **4 ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDITORIAIS DO *BMPEG. CIÊNCIAS HUMANAS* DE 1985 A 2003**

A política editorial de um periódico científico é o elemento basilar e explicita a sua razão de ser ao orientar e informar todo o processo editorial da revista. O documento apresenta o foco, as áreas, os objetivos, as seções aceitas, os idiomas escritos, os critérios de avaliação entre outros. Trzesniak e Koller (2009, p. 28), descrevem a política editorial como:

[...] a personalidade da revista: seus objetivos [...] seu perfil [...] o papel que pretende desempenhar dentro do panorama científico, as áreas ou subáreas de interesse que abrange, o tipo de público alvo e a filosofia, a ambição e os sonhos de seus editores e das entidades que lhe dão respaldo científico e institucional [...].

Uma política editorial representa o esforço de “[...] organização, coordenação e execução de atividades orientadas a comunicar, sob a forma escrita [...] todo e qualquer fato de interesse de determinado (s) grupos (s) ou público (s).” (ROSINHA, 1989, p. 252). E como informa é essencial o amparo institucional materializado na formação de uma instância como um Conselho (TRZESNIAK, 2009).

No que tange aos elementos de uma política, Ferreira (2003, p. 16) informa que dentre eles devem constar: “[...] o estabelecimento de normas para publicação, produção editorial, produção gráfica, comercialização, distribuição e divulgação da informação.”

Gruszynski, Golin e Castedo (2008) acrescentam que a política editorial de periódico científico norteia o título/subtítulo do periódico, área de conhecimento abrangida e o projeto editorial da revista que consiste na missão, periodicidade, avaliação por pares, critérios de arbitragem, exigência na originalidade dos artigos, seções, idiomas, perfil de autores/leitores, requisitos normativos, entre outros.

Por princípio, a política que rege as condutas editoriais precisa atender às expectativas do público leitor na medida é que os termos nela definidos representa o compromisso com o público a que atende a revista, o periódico. Nesse sentido, “[...] uma política editorial deve responder aos anseios da sociedade e refletir as ideias, sensibilidades e ações dos dirigentes em qualquer que seja o seu nível de poder.” (FERREIRA, 2003, p. 13).

Afirmção de Ferreira (2003) sobre o atendimento do público leitor, corrobora a obrigatoriedade de aplicação linguagem acadêmico-científica e nenhuma outra. Diz a autora: “[...] é o público leitor a quem se requer dirigir a mensagem, o que, conseqüentemente, requer a definição da linguagem em que vai ser transmitida a informação.” (FERREIRA, 2003, p. 17). Para os periódicos de caráter científico, não resta qualquer dúvida sobre a linguagem em uso.

Como documento norteador da atividade editorial, a política precisa ser coerente com os propósitos da publicação e servir para orientar decisões que se sustentem e respeitem os que a uma dada publicação recorrem para divulgar seu trabalho. Assim é que:

[...] a implantação de Políticas Editoriais coerentes e consistentes, vai ajudar sobremaneira o campo editorial, no que concerne à fixação de metas e objetivos de uma editora, assim como no estabelecimento de normas e custos que envolvem todo o processo editorial [...] (FERREIRA, 2003, p. 18).

O *BMPEG. Ciências Humanas*, ao longo de sua trajetória, busca manter a qualidade editorial no conteúdo publicado, o que pode ser constado na documentação levantada no Arquivo Guilherme de La Penha onde foram localizados memorandos; políticas editoriais; instruções para autores; guias para publicação e relatórios de atividades, que foram algumas das informações relevantes na identificação da trajetória editorial recente do *BMPEG. Ciências Humanas*, com particular destaque para o período de 1985 a 2003.

#### 4.1 FOCO E ESCOPO DAS POLÍTICAS EDITORIAIS DE 1988 E 1997

Um conjunto de 12 documentos foi identificado no Arquivo Guilherme de La Penha, do MPEG, como relevantes para a revisão da atual política editorial do *BMPEG. Ciências Humanas*. No total foram 12 documentos<sup>9</sup>, referentes aos critérios de submissão de

---

<sup>9</sup> Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: normas para publicação (2003); Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi instruções aos autores para preparação de manuscritos ([20--]); Boletim 2000: proposta para a reformulação gráfica e

manuscritos para o *BMPEG. Ciências Humanas*, os quais ainda mencionam periódicos como o (*Arboretum Amazonicum*) e outros; coleções Eduardo Galvão, Adolpho Ducke, Emília Snethlage e outros; e publicações avulsas (folhetos, guias, catálogos) entre outros, editados pela instituição no período estudado. É importante relatar que dos 12 documentos analisados dois apenas correspondem às políticas editoriais: um de 1988, que incluiu somente critérios de publicação para o periódico em questão, e outro de 1997, que abrangeu critérios de publicações para os periódicos, os livros, os jornais, entre outros editados pelo MPEG. Nesse sentido, analisamos as alterações ocorridas nos itens relativos à política editorial institucional seja do *BMPEG. Ciências Humanas* ou de outras publicações de caráter, por exemplo, de divulgação científica identificadas.

Uma política editorial representa o esforço de “[...] organização, coordenação e execução de atividades orientadas a comunicar, sob a forma escrita [...] todo e qualquer fato de interesse de determinado(s) grupos(s) ou público(s).” (ROSINHA, 1989, p. 252). Nessa perspectiva, a proposta de análise, foi executada através de avaliação cuidadosa de duas das mais recentes políticas editoriais, quais sejam, a Política editorial de 1988 e a de 1997.

A política datada de 1988 descreve as áreas do conhecimento; as seções aceitas; os critérios de avaliação; responsabilidades dos autores; normas e a forma de apresentação do manuscrito. Dela constam dois documentos complementares: as “Instruções aos autores para preparação de manuscritos” e um “Guia para apresentação de manuscritos destinados à publicação no *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*”. Vale ressaltar que eles orientam somente os autores que almejem submeter artigos na revista científica investigada.

Na “Política editorial do *Boletim do MPEG*” (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 1988a) constam em detalhe o escopo, as áreas do conhecimento sobre as quais o periódico recebia submissões, quais sejam: a Antropologia, a Arqueologia, a Botânica, a Geologia e a Zoologia. Essa política também enfatiza que os autores eram os responsáveis pelos conteúdos submetidos e que uma dada submissão não deveria ser avaliada simultaneamente em dois periódicos diferentes. O documento apresenta adicionalmente as normas para apresentação dos manuscritos e a estrutura que deveriam seguir. Indica, ainda, as

---

editorial do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (1999); Política de editoração científica (1997); Comissão de editoração científica relatório de atividades 1995/1996 (1995-1996); Relatório de atividades: editoração (1995); Política editorial do Boletim do MPEG (1988a); Instruções aos autores para preparação de manuscritos (1988b); Guia para apresentação de manuscritos destinados à publicação no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (1988c); Comissão de editoração (1988d); Agenda da reunião da comissão de editoração do Museu Paraense Emílio Goeldi (1987); Memorando: projeto Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (1985).

seções aceitas pela revista nas categorias de artigos originais, notas preliminares, artigos de revisão, resenhas bibliográficas, comentários e artigos históricos, as quais são definidas no documento para fins de esclarecimento e devida classificação.

No que se refere à Política editorial de 1997, observa-se que ela apresenta um novo conjunto de orientações apresentado de forma mais detalhada, já que a política editorial anterior apresentava caráter repetitivo, o que suscitou mudanças na política de 1997. A nova política de editoração científica apresentava anexos referentes ao: Regimento Interno; Critérios de Avaliação das Publicações Científicas; Normas técnicas e um Organograma. Essa política editorial, abrangia critérios de avaliação para todas as publicações de caráter científico e de divulgação científica editadas pela instituição. Os trabalhos submetidos ao então denominado apenas *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (BMPEG)* deveriam corresponder às áreas de Antropologia, Arqueologia, Linguística, Botânica, Ciências da Terra e Zoologia. As seções aceitas à época eram: artigos originais, notas preliminares, artigos de revisão, resenhas bibliográficas/comentários. O periódico recebia contribuições em quatro idiomas: português, espanhol, inglês e francês. Observa-se, em ambas as políticas a indicação da revisão por pares, o *peer review*, no processo editorial do BMPEG.

A ampliação da abrangência da política indica que o documento vinha atender ao que Ferreira (2003, p. 13) considera essencial: “[...] uma política editorial deve responder aos anseios da sociedade e refletir as ideias, sensibilidades e ações dos dirigentes em qualquer que seja o seu nível de poder.”

#### 4.2 OS RECURSOS HUMANOS NO PROCESSAMENTO EDITORIAL DO *BMPEG*. *CIÊNCIAS HUMANAS ENTRE 1985-2003*

O processo editorial é importante em todas as revistas, pois determina a decisão final da pesquisa submetida aos periódicos científicos. É um processo que envolve editor, conselho editorial, revisão por pares, critérios para aceitar/rejeitar o artigo científico, além da equipe responsável pela editoração da publicação. (FERREIRA; CANELA; PINTO, 2014).

Aqui é importante ressaltar o que autores como Rosinha (1989) considera como prática necessária à concepção de uma política editorial já que a considera exercício participativo, que conta com “[...] técnicos, pessoas que têm, sob sua responsabilidade a direção de um órgão ou instituição [...] para que a política a ser adotada esteja em consonância com outros aspectos da política institucional [...]” (ROSINHA, 1989, p. 258).

O “Memorando: projeto Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi” (1985), revelou um projeto intitulado “Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi”, encaminhado para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para captar recursos para a manutenção *BMPEG. Ciências Humanas*. Mueller (1999, p. 4), afirma que “[...] para a grande maioria de títulos que não estão incluídos em programas de financiamento regulares e lutam para editar cada fascículo, obter as condições para qualificar-se ao financiamento não é tarefa fácil”. Conforme a atual editora científica, Jimena Felipe Beltrão, em entrevista, a experiência recente do *BMPEG. Ciências Humanas* demonstra que “[...] a periodicidade, a regularidade, a indexação e a constituição de corpo editorial são alguns dos principais requisitos para pleitear financiamento.”<sup>10</sup>

Nesse sentido nota-se, nos documentos analisados, a preocupação da comissão editorial em organizar a estrutura com definição de perfis e de responsabilidades centradas em: editor chefe, editores associados, bibliotecário e um auxiliar administrativo. Essa organização é critério tradicional em periódicos científicos, exigido no meio acadêmico e, principalmente, para fins de indexação, como garantia de manter a qualidade editorial e científica nas revistas. Isso aumenta as chances de financiamentos da revista e proporciona uma boa reputação para o periódico na comunidade científica.

Essa noção é clara a partir do que argumenta Ferreira (2003) que

[...] o ponto fundamental para o delineamento de uma política editorial é que o órgão tenha um Conselho Editorial bem qualificado, conhecedor profundo do órgão onde está inserido, das suas pretensões e das suas diretrizes. Assim, o Conselho Editorial pode desempenhar suas funções, criar políticas, avaliar conteúdos e determinar prioridades, pois é órgão consultivo e normativo no sistema editorial de uma instituição. (FERREIRA, 2003, p. 17).

Um outro documento intitulado “Agenda da reunião da comissão de editoração do Museu Paraense Emílio Goeldi” (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 1987), relatou a necessidade em nomear e organizar a comissão editorial do MPEG, tendo como objetivo estabelecer uma “Política Global de Editoração Científica”. Essa recomendação, no entanto, só foi atendida em documento de 1997, denominado “Política de editoração científica”.

O documento denominado “Comissão de Editoração” (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 1988d), nos mostra a comissão editorial já definida, constituída de: presidente;

---

<sup>10</sup> Informações prestadas pela entrevistada em junho de 2018.

vice-presidente; editores associados; pessoal técnico e apoio administrativo. A preocupação em estabelecer e executar uma “Política Global de Editoração Científica” na instituição já constava de documento de autoria da Comissão de Editoração o “Relatório de atividades” (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 1995).

O “Relatório de atividades” (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 1995) também mostra o investimento na formação e treinamento de alguns integrantes da Comissão de Editoração (COED)<sup>11</sup> do MPEG. Um documento intitulado de “Comissão de editoração científica relatório de atividades 1995/1996” (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 1995/1996) também aponta investimentos em recursos humanos por meio de cursos e *workshop*.

Entre os esforços de melhoria da organização das atividades editoriais, note-se a realização de uma consultoria da professora Rosaly Favero Krzyzanowsky, diretora do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) e membro da diretoria da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Como resultado da consultoria, foi elaborado o documento intitulado “Política de editoração científica” e apresentada a instituição<sup>12</sup>.

#### 4.3 NORMAS BIBLIOGRÁFICAS NO PERÍODO DE 1985-2003

Em 1987, a direção do MPEG, em reunião com os integrantes da Comissão Editorial, alterou as normas de publicação para a elaboração dos manuscritos, em documento “Política de editoração científica” (1987), sendo adotada a Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT) para a normalização dos artigos científicos e não mais as normas do Instituto

---

<sup>11</sup> A COED foi criada em 1984 e era constituída de: presidente, vice-presidente, editores associados, editor técnico científico, editores chefes, editores assistentes e um representante do Departamento de Informação e Documentação (DOC). Em estudo realizado por Silva e Sousa (2007, p. 4), as autoras afirmam que ao “[...] longo dos tempos seus membros [da COED-MPEG foram] moderadamente substituídos, ora por desistência pessoal formalizada ou necessidade de substituição [...]”.

<sup>12</sup> Na década de 1990, duas instituições da Amazônia brasileira – MPEG e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) - receberam recursos financeiros oriundos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Nessa ocasião, inúmeros aspectos institucionais foram revistos e atendidos em suas necessidades estruturais e organizacionais. Foi através do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) que se processou a reformulação da Política editorial do MPEG em 1995, tendo em vista facilitar o padrão científico e normativo nos periódicos, coleções e outras publicações. Nesse contexto, realizou-se a consultoria, com a secretária geral Rosaly Favero Krzyzanowski da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) e Diretora do Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/USP e da EDUSP. O documento intitulado “Comissão de editoração científica relatório de atividades 1995/1996” (1995-1996), afirma que o Projeto (PPG-7) financiou cerca de 23 por cento das publicações editadas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi entre 1995/1996. Custeou também eventos para os editores científicos de instituições públicas.

Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT) por motivos econômicos, entretanto o documento não relata quais os problemas.

Observa-se, também a utilização da ABNT na “Política editorial do Boletim do MPEG” (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 1988a). Entretanto, no “Guia para apresentação de manuscritos destinados à publicação no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi” (1988c), a norma utilizada era *Harvard System of Referencing*. Dias e Naves (2013) afirmam a existência de duas normas padrão utilizada para a elaboração de referências bibliográficas: as nacionais e internacionais, tais como a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no Brasil e a *International Organization for Standardization* (ISO). Além delas existem outras normas de uso internacional como as da *American Psychological Association* (APA), a Vancouver e outras. A normatização da revista no todo e de seus artigos científicos é uma das variáveis avaliadas na forma do periódico científico.

Quanto à normalização o que fica evidente é que os periódicos e seus artigos científicos devem seguir rigorosamente as normas adotadas. Sejam elas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ou do Grupo de Vancouver, da American Psychological Association ou outra. Atualmente, o rigor no surgimento das normas torna-se imprescindível, pois os sistemas automatizados necessitam que os dados estejam em perfeita sintonia com as normas, para que os computadores possam interpretar eletronicamente os dados. (FERREIRA; KRZYZANOWSKI, 2003, p. 45).

Atualmente, *BMPEG. Ciências Humanas* utiliza as normas constantes da NBR 10520 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002) para citação e a NBR 6023 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018b) para elaboração de referências, nos artigos submetidos à revista. Sobre a adoção dessas normas a entrevistada Jimena Felipe Beltrão, opinou:

Entendo que o Boletim deveria, no futuro próximo, considerar normas de uso mais corrente internacionalmente. Identificar um modelo simples que mantenha a possibilidade de identificação imediata da referência, inclusive com o uso de DOI e de URL que facilite o acesso imediato pelo leitor deve se constituir meta. É conhecido que há opções de normas já consagradas e que podem, perfeitamente, ser incorporadas à edição.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Informações relatadas pela entrevistada em junho de 2018.

Para Claudia Leonor López Garcés, editora associada do *BMPEG. Ciências Humanas*, antes de alterar a norma padrão adotada pela revista “[...] é importante que haja o estudo das normas: de caráter nacional e internacional, tendo em vista propor a melhor norma que possa atender ao periódico.”<sup>14</sup>

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os documentos analisados nesse estudo se constituem em políticas editoriais e orientações adicionais<sup>15</sup> sobre os processos observados pelo *BMPEG. Ciências Humanas*. Em levantamento feito junto ao Arquivo Guilherme de La Penha do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), foi identificado um conjunto de referências à trajetória do periódico estudado para o período de 1985 a 2003, dentre os quais as políticas editoriais implementadas em 1988 e 1997. Para fins desta análise, nos detivemos apenas no tocante à versão do *BMPEG. Ciências Humanas*.

Como fruto da análise, foi possível verificar que das duas políticas (1988 e 1997), a primeira se dedicava exclusivamente ao *BMPEG* em suas duas versões: *Ciências Humanas* e *Ciências Naturais*. Já a de 1997 foi elaborada de forma mais abrangente, englobando, além do *BMPEG. Ciências Humanas*, “[...] publicações de caráter científico e técnico-científico [...]” editadas pela instituição em documento (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 1997, p. 9). Essa abordagem revela a orientação institucional, seu papel de liderança nos estudos de Antropologia, Arqueologia e Linguística a partir de seu lugar, a Amazônia. Pode-se afirmar que esse a localização geográfica e o posicionamento estratégico são evidência de uma política institucional revelada na publicação do periódico mais antigo em circulação no país.

Naquele documento, o nível de exigência e rigor é observado na medida em que a revisão por pares permaneceu inalterada no processo de avaliação dos conteúdos publicados pela revista. Os documentos revelam a preocupação da instituição em organizar o processo editorial e qualificar os profissionais envolvidos na editoração do periódico e, assim, manter as práticas de disponibilização e de acesso livre aos conteúdos publicados.

Mais que exercício de poder, que no caso da publicação científica, é o controle da informação disponibilizada a um segmento de público especializado, uma política editorial

---

<sup>14</sup> GARCÉS, Claudia Leonor López. Entrevista concedida a Taíse Silva. Belém, 24 maio 2018.

<sup>15</sup> Dentre os itens, além das políticas, foram encontrados memorandos, atas e relatórios.

dessa natureza implica em níveis de responsabilidade e ética inalienáveis às editoriais de periódicos. Segundo Rosinha (1989, p. 252), a política “[...] reflete as ideias das pessoas que detêm o poder, dos seus valores, símbolos e padrões, ou resulta da ação, do que se convencionou denominar, de ‘grupos de pressão’.”

Ao reconstituir uma parte da trajetória do periódico, foi possível evidenciar nesse estudo a importância da pesquisa em arquivos, reconhecida por autores como Merlo e Konrad (2015, p. 27), que discutem a relevância da pesquisa em documentos sob a guarda dos arquivos quando afirmam que os “[...] documentos são a essência de uma organização, a memória de uma sociedade.” Nesse sentido, o estudo revelou a trajetória de quase 20 anos de políticas editoriais da revista, o que resultou na recomendação de mudanças à política editorial vigente da revista.

É na observância de princípios da Ciência Aberta, como o que prevê o acesso irrestrito a conteúdos, que se tem pautado o *BMPEG. Ciências Humanas*. Essa tônica é particularmente necessária considerando a origem pública, em sua maioria, do que se vê nas páginas da revista. São elas: a revisão do escopo; a adoção de norma bibliográfica de caráter internacional; a exemplificação de temas, assuntos e disciplinas/tópicos interdisciplinares aceitos para publicação; e a explicitação das ferramentas pertinentes à verificação anti-plágio. Mudanças de maior fulcro se expressam nos ajustes ao escopo, na adoção de publicação em caráter contínuo e na simplificação da norma bibliográfica.

Consoante com o lugar que o MPEG ocupa, sua revista, recomenda esse estudo, deve definir o escopo como segue:

O *BMPEG. Ciências Humanas* tem a missão de publicar conteúdos sobre Antropologia, Arqueologia e Linguística. Ao constituir-se um espaço para interseções e abordagens interdisciplinares com ênfase para pesquisas sobre a Amazônia, o periódico contempla conteúdos em disciplinas correlatas às de seu foco bem como pesquisas desenvolvidas em outras áreas geográficas além da Amazônia sempre e quando as análises apresentem relevância teórica e/ou metodológica mais abrangentes e que contribuam, no espírito científico, para os debates atuais de uma dada disciplina no Brasil e no mundo. (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 2018).

No caso da simplificação da norma bibliográfica, a utilização de uma norma eminentemente nacional como a hoje aplicada no *BMPEG. Ciências Humanas*, além de mais trabalhosa, causa dificuldades por parte de autores que publicam internacionalmente já que

não estão familiarizados com a forma de citação e referência bibliográficas peculiar a um dado país.

A recomendação de internacionalização dos periódicos por indexadores como a SciELO (2017) passa não só por uma diversidade maior de autores, avaliadores e editores com origem em países distintos daquele onde se dá a publicação da revista. A internacionalização alcança também o uso de uma norma de uso corrente em um maior número de países. A opção por um dado formato bibliográfico deve observar a simplicidade na estrutura da referência bem como a possibilidade de geração da referência através da utilização de ferramenta eletrônica.

Após estudo do assunto, recomendou-se a mudança de uso da forma de referenciar da ABNT para a APA, estilo reconhecido internacionalmente para a área das Ciências Humanas. Por contar com ferramenta que gera automaticamente a referência bibliográfica, a adesão a esse padrão simplificado também permitirá a agilização na etapa de submissão (beneficiando os autores) como na etapa de normalização (beneficia a reduzida equipe editorial da revista).

A elaboração de uma política editorial capaz de corresponder à tradição, aos conteúdos publicados e à importância de um periódico como o *BMPEG. Ciências Humanas* à ciência nacional e internacional requer a definição de parâmetros que atendam aos requisitos de excelência em periódicos científicos. Segundo Ferreira e Krzyzanowski (2003, p. 45) os “[...] parâmetros que mensuraram os periódicos e lhes deram uma classificação estão basicamente relacionados com os aspectos de conteúdo e normalização [...]”. A autora argumenta que os “Os editores científicos devem cuidar da qualidade global das suas publicações, levando em consideração aspectos referentes a sua forma (normalização) e mérito (conteúdo) para que as mesmas atinjam uma qualidade global.” (FERREIRA; KRZYZANOWSKI, 2003, p. 47).

Nesse sentido, a adoção de mecanismo de publicação contínua permitirá ter os três números anuais abertos. Os artigos que ficam prontos antes não são penalizados pelos demais que ainda estejam em processamento. De acordo com o indexador SciELO, que recomenda a aplicação da modalidade publicação contínua que imprime rapidez e flexibilidade de publicação, já que o periódico pode ter todos os números de um mesmo ano abertos (SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE, 2017).

Submissões aceitas que, por qualquer razão, tenham tramitado mais rapidamente são meritórias de publicação mais célere, como se refere o SciELO (2017). Isso implica ainda na maior satisfação de autores que vêem os esforços acadêmicos publicizados mais rapidamente.

De fato, não há que se esperar a conclusão da editoração do conjunto de artigos aceitos (para cada edição) apenas para que eles sejam disponibilizados ao mesmo tempo. Se há desvantagens, pode-se afirmar que uma vêm afetar a forma e não o conteúdo já que não se poderá reordenar a lista de artigos publicados de acordo com temáticas, importância ou outro critério qualquer (SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE, 2017).

Ao analisar e propor ajustes à política editorial do *BMPEG. Ciências Humanas* em vigência, o estudo busca promover a manutenção da qualidade dos conteúdos e dos conceitos atribuídos ao *BMPEG. Ciências Humanas*, classificado no quadriênio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2013-2016) o WebQualis em A1 para Antropologia, Arqueologia e Linguística. Os esforços de analisar e renovar condutas editoriais representa a possibilidade de disseminar conhecimento, que, em última instância, pode atender às demandas da sociedade por soluções a questões as mais diversas.

## AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq) e ao Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG que, através do Programa de Capacitação Institucional (PCI) concede bolsa a Taise da Cruz Silva, uma das autoras deste artigo. À equipe editorial do *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* pelo apoio prestado para a realização da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10525**: informação e documentação: número padrão internacional para publicação seriada-ISSN. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018b.

BENCHIMOL, Alegria. **Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Goeldi**: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010). 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BENCHIMOL, Alegria; ARRUDA, Maria Izabel Moreira; SILVA, Taíse da Cruz. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: do impresso ao eletrônico. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 26, n. 3, p. 81-93, set./dez. 2016.

BENCHIMOL, Alegria; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. O Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: trajetória e aspectos históricos dos primeiros 20 anos (1894-1914) na Amazônia e no cenário internacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15. 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2014. p. 4271-4292.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE DE HISTORIA NATURAL E ETHNOGRAFIA. Belém: Typographia de Alfredo Silva, 1894. t. 1

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE DE HISTORIA NATURAL E ETNOGRAPHIA. MUSEU GOELDI. Belém: Typographia de Alfredo Silva, t. 3, n. 1-4, 1902.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMNAS. **Instruções aos autores**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2018. Disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas/#>. Acesso em: 24 jun. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plataforma Sucupira**: Qualis Periódicos. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2013.

FERREIRA, Manuel Aníbal Silva Portugal Vasconcelos; CANELA, Renata; PINTO, Cláudia Frias. O processo editorial nos periódicos e dicas para a publicação. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 1-22, maio/ago. 2014.

FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga; KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero. Periódicos científicos: critérios de qualidade. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, São Paulo, v. 17, p. 43-48, maio 2003. Suplemento 1.

FERREIRA, Rita Gonçalves Marques Portella. Política editorial no contexto da indústria da informação. **Infociência**, São Luís, v. 3, p. 11-19, 2003.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida; CASTEDO, Raquel. Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de revistas científicas. **E-compós**, Brasília, DF, v. 11, n. 2. p. 1-17, maio/ago. 2008.

GULKA, Juliana Aparecida. **Análise de presença digital**: um estudo do Portal de Periódicos UFSC. 2016. Dissertação (Gestão de Unidades de Informação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

**Atribuição do ISSN**. Brasília, DF, 2018. Disponível em:

<http://cbissn.ibict.br/index.php/issn/atribuir-issn>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Rio de Janeiro: Briquet de Lemos, 1999.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação.

**Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26-42, jan./abr. 2015.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, n. zero, [9] p., dez. 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Arquivo Guilherme de La Penha. **Agenda da reunião da comissão de editoração do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Arquivo Guilherme de La Penha. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**: instruções aos autores para preparação de manuscritos. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, [20--].

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Arquivo Guilherme de La Penha. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**: normas para publicação. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2003.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Arquivo Guilherme de La Penha. **Boletim 2000**: proposta para a reformulação gráfica e editorial do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1999.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Arquivo Guilherme de La Penha. **Comissão de editoração**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988d.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Arquivo Guilherme de La Penha. **Comissão de editoração científica relatório de atividades 1995/1996**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995-1996.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Arquivo Guilherme de La Penha. *Guia para apresentação de manuscritos destinados à publicação no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988c.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Arquivo Guilherme de La Penha. **Instruções aos autores para preparação de manuscritos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988b.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Arquivo Guilherme de La Penha. **Memorando: projeto Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Arquivo Guilherme de La Penha. **Política editorial do Boletim do MPEG**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988a.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Arquivo Guilherme de La Penha. **Política de editoração científica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1997.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Arquivo Guilherme de La Penha. **Relatório de atividades: editoração**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Relatório de Atividades do Núcleo Editorial Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2018. Elaborado pela atual editora científica Jimena Felipe Beltrão.

PAIVA, Eliane Bezerra; RAMALHO; Francisca Arruda; CARVALHO, Ediane Toscano Galdino de. Informação e memória indígena no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 16. 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: ANCIB, 2015. [17] p.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; BRÄSCHER, Marisa; BURNIER, Sonia. Ciência da Informação: 32 anos (1972-2004) no caminho da história e horizontes de um periódico científico brasileiro. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 3, p. 23-75, set./dez. 2005.

RODRIGUES, Ciro Mascarenhas. Políticas editoriais: processo de produção e difusão do conhecimento novo. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 10, n. 57, p. 90-95, quad. 1987.

ROSINHA, Raul C. Política editorial: aspectos a considerar. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 249-258, jul./dez. 1989.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **Critérios, política e procedimentos para admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo: SciELO, 2017. [31] p. Disponível em:

[http://www.scielo.br/avaliacao/Criterios\\_SciELO\\_Brasil\\_versao\\_revisada\\_atualizada\\_outubro\\_20171206.pdf](http://www.scielo.br/avaliacao/Criterios_SciELO_Brasil_versao_revisada_atualizada_outubro_20171206.pdf). Acesso em: 28 mar. 2019.

SILVA, Maria Astrogilda Ribeiro; SOUSA, Kleber Romano de. Publicação científica seriada da Amazônia: o Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-trajetória e impacto de 1984 a 2005. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais Eletrônicos** [...]. Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/viewFile/2946/2073>. Acesso em: 24 jan. 2018.

SPINAK, Ernesto. Sobre as vinte e duas definições de revisão por pares aberta... e mais. **SciELO em Perspectiva**, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/02/28/sobre-as-vinte-e-duas-definicoes-de-revisao-por-pares-aberta-e-mais/#.WwLJi-4vyUk>. Acesso em: 15 mar. 2018.

STUMPF, Ida Regina. Avaliação de originais em revistas de comunicação. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 28, n. 46, p. 59-74, 2006.

TENOPIR, Carol; KING, Donald W. A importância dos periódicos para o trabalho científico. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 25, n. 1, p. 15-26, sem. 2001.

TRZESNIAK, Piotr. A estrutura editorial de um periódico científico. In: SABADINI, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic; SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; KOLLER, Sílvia Helena (org.). **Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica**. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia, 2009. p. 88-102.

TRZESNIAK, Piotr; KOLLER, Sílvia Helena. A redação científica apresentada por editores. In: SABADINI, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic; SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; KOLLER, Sílvia Helena (org.). **Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica**. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia, 2009. p.19-28.

YAMAMOTO, Oswaldo H. *et al.* Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da psicologia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 163-177, maio/ago. 2002.